

IV JORNADA BRASILEIRA DE SOCIOLOGIA/
I JORNADA BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA

GT 4 – DESENVOLVIMENTO, RURALIDADES E MEIO AMBIENTE

TÍTULO: NOVAS FORMAS DE APROPRIAÇÃO DA NATUREZA E DE GERAÇÃO DE RENDA E RIQUEZA: O CASO DO COMPLEXO EÓLICO CAMPOS NEUTRAIS NO EXTREMO SUL GAÚCHO
LETÍCIA BAUER NINO- MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS PELA UFPEL E DOUTORANDA NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA FAMILIAR-UFPEL, LETICIABNINO@HOTMAIL.COM

RESUMO EXPANDIDO

1. INTRODUÇÃO

Desde os primórdios da civilização, o homem tem se preocupado com a conservação e o armazenamento de seus recursos mais preciosos, muito principalmente, daqueles que lhes representam a garantia de que, se devidamente preservados ou recompostos, lhes assegurarão o abastecimento e o suprimento das necessidades básicas para a sobrevivência. Essa cautela se acentuou naqueles bens originários da natureza em todas as suas expressões, como a terra, a água e as fontes de energia, e que, como revelou a passagem do tempo, se esgotam com o uso ou a extração inadequados¹.

O crescente aumento dos problemas de caráter ambiental, como o aquecimento global e o efeito estufa, aliados à má distribuição das riquezas, tem impulsionado, nas últimas décadas, a procura por um novo padrão de uso desses recursos, agora embasado nas teses que exigem que o desenvolvimento seja sustentável (REIS *ET AL*, 2012).

Para Reis *et al* (2012, p.2) “Com o tempo, a questão ambiental evoluiu de problemas predominantemente nacionais para preocupações com o alcance regional e global dos problemas ambientais e os seus responsáveis. Nesse sentido, foram identificados problemas ambientais internacionais, tais como a mudança do clima, a chuva ácida e a destruição da camada de ozônio”.

¹ Desde o surgimento dos primeiros pactos familiares e tribais voltados para os cuidados do homem com o espaço em que vivia, caçava e coletava, - primeiras noções de sustentabilidade -, revelou-se uma tendência para o nascimento e desenvolvimento de processos normativos, com o surgimento de convenções, acordos e leis ambientais.

O aumento das emissões de carbono² na atmosfera ocasionou danos continuados ao meio ambiente o que fez com que a expansão do consumo de combustíveis fósseis entrasse cada vez mais em contraste com a realidade (OLIVEIRA, 2012).

Somadas a isso, para Fadigas (2011), Pinto (2013) as crises do Petróleo na década de 70 fizeram com que a humanidade repensasse acerca da utilização de combustíveis fósseis e recursos naturais não renováveis e iniciasse a transição para um modelo energético de baixo carbono calcado em fontes de energia renováveis.

Para Reis *et al* (2012), os impactos ambientais provocados por fontes alternativas, como a fotovoltaica e a eólica, são bem menores se comparados com outras matrizes energéticas, como, por exemplo, a nuclear, o que faz com que a transição para aquelas opções seja considerada uma forma sustentável de produção de energia elétrica, principalmente quando se tem em mente o planejamento de uma região.

Evidentemente que essa transição tem reflexos também no desenvolvimento sustentável das propriedades rurais, principalmente se levarmos em consideração que, hoje em dia, muitos produtores já recebem essa forma de renda territorial ambiental, diversificando suas receitas. Em certa medida isso poderá representar uma ruptura importante na medida em que a questão ambiental e o discurso da sustentabilidade são vistos como uma janela de oportunidades extremamente ampla, além de estimular também, a crescente tendência de desenvolvimento das atividades “não-agrícolas”, parte importante nos novos papéis assumidos pela propriedade rural. Este fenômeno foi abordado por Sacco dos Anjos (2003) a partir do estudo sobre a questão da pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil.

² De acordo com Villela (2012, p.17) “As novas estratégias de desenvolvimento socioeconômico em um mundo que pretende diminuir radicalmente as emissões de GEE, em particular, o CO₂, demandam uma maior integração das limitações decorrentes das ações que evitem alterar o equilíbrio de longo prazo do planeta. Tais limitações têm feito parte das principais discussões da comunidade internacional a partir da publicação do relatório Bruntland em 1987, envolvendo a noção de *desenvolvimento sustentável ou durável*.”

Para Pereira (2012), existem diversos benefícios na produção de eletricidade tomando como base a força dos ventos, como a possibilidade de diversificação da matriz energética dos países e a melhor utilização dos recursos locais.

No caso do nosso país, destaca o autor, são reforçados os benefícios da utilização do vento para a geração de energia elétrica em função da sua sazonalidade ser inversa à do regime hídrico. Isto significa que na nossa matriz energética a preponderância da fonte hídrica (devido à existência de grandes reservatórios de água) e a complementação do aproveitamento do vento asseguram a possibilidade de salvaguardar o caráter limpo e renovável de nossa produção de energia. Ademais, salienta o autor que outra importante vantagem tem sido a atração de um novo setor industrial, o que, evidentemente traz impulsos para a indústria de componentes elétricos e gera oportunidades de emprego nos locais onde estão sendo instalados os parques eólicos.

Assim, no nosso entendimento, a transição para um modelo energético de baixo carbono é válida, na medida em que, além de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, é uma das maneiras de abrandar o aquecimento global.

Diante do exposto, questionamos o seguinte: De que forma essa transição tem sido metabolizada na mente dos produtores, isto é, como se apresentam as representações sociais dos produtores rurais acerca de um modelo energético de baixo carbono baseado em uma fonte renovável de energia, qual seja, o vento?

2. METODOLOGIA

O trabalho tem como objetivo geral Analisar os desdobramentos da implantação do “Complexo Eólico Campos Neutrais” e da transição energética para uma sociedade de baixo carbono a partir das representações sociais dos produtores rurais e demais atores envolvidos.

Assim, as respostas ao problema de pesquisa e o desenvolvimento dos processos que envolvem a realização desta pesquisa, deverão ser realizados com base na metodologia científica, através de pesquisa bibliográfica em obras, periódicos (revistas e jornais), Internet e outros meios que se fizerem necessários.

Nossa pesquisa pode ser classificada como exploratória, que é aquela que objetiva uma maior intimidade com o problema de maneira a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses (GIL, 1987). Ainda de acordo com o autor, pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o refinamento de ideias ou o descerramento de intuições.

Para que possamos confrontar a teoria com os dados obtidos na realidade empírica, será feito um estudo de caso, qual seja, o “Caso do Complexo Eólico Campos Neutrais³”.

Como nosso objeto científico é híbrido⁴, complexo, para possa ser adequadamente estudado necessitaremos de contribuições de diferentes disciplinas e áreas do conhecimento como o Direito, Ciências Sociais, Agronomia e outras que se fizerem necessárias no decorrer da pesquisa.

Devido ao fato de que a pesquisa também fará uma abordagem interdisciplinar, para que se possa utilizar as representações sociais como uma ferramenta epistemológica e de interpretação da realidade a princípio, os dados serão coletados através de entrevistas semi-estruturadas com atores de meios sociais que forem considerados relevantes para a pesquisa tais como: produtores rurais, técnicos, representantes de empresas, lideranças sindicais, representantes de órgãos de governo (Eletrosul, Emater, CEEE, etc.), dentre outros que se revelarem necessários no decorrer da pesquisa.

Após a realização das entrevistas, o próximo passo será a sua transcrição para que possam ser analisadas. O objetivo amplo da análise será procurar sentidos e compreensão. O que foi realmente falado constituirá os dados, mas a análise irá além de aceitar-se esse valor aparente.

³ A importância do Complexo Eólico Campos Neutrais como objeto de estudo já foi destacada pois, quando estiver com as suas três unidades em funcionamento (Geribatu, Chuí e Hermenegildo), será considerado o maior complexo Eólico da América Latina.

⁴ De acordo com Raynaut (2011, p.88) “Esses objetos e assuntos “híbridos” são geralmente reconhecidos a partir de uma posição social que obriga a considerar a realidade tal como se apresenta na experiência comum, ou seja, como um conjunto de relações que não pode ser reduzido *a priori* ao recorte instituído pelas disciplinas”.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pesquisa encontra-se no início. No momento, estão sendo feitas a revisão de bibliografia especializada e as primeiras visitas técnicas às propriedades rurais para uma maior aproximação com o objeto a ser pesquisado.

4. REFERÊNCIAS

FADIGAS, Eliane A. Faria Amaral. **Energia Eólica**. Barueri, SP: Manole, 2011. 285p. (Série sustentabilidade/ coordenador Arlindo Philippi Jr.)

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 5 ed., 2010.

OLIVEIRA, Adilson de. Planejamento elétrico: uma agenda amigável com a natureza In: Veiga, J.E. da (org.) **Energia Eólica**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. P.23-85.

PEREIRA, Osvaldo Soliano. Energia Eólica: segunda fonte de energia elétrica no Brasil. In: Veiga, J.E. da (org.) **Energia Eólica**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. P.87-207.

PINTO, Milton de Oliveira. **Fundamentos de energia eólica**. Rio de Janeiro: LTC, 2013. 368p.

RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimento. IN: PHILIPPI Jr., Arlindo, SILVA NETO, Antônio J. **Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia e Inovação**. Barueri, S.P: Editora Manole, 2011. Pág. 69 – 105.

REIS, Lineu Belico dos, FADIGAS, Eliane A.Faria Amaral, CARVALHO, Cláudio Elias. **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável**. Barueri, SP: Manole, 2012. 446p. (Coleção Ambiental/ coordenador Arlindo Philippi Jr.)

SACCO DOS ANJOS, Flávio Sacco. Pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003

VILLELA, Alberto Arruda. O ciclo do carbono e emissões no uso do solo de biomassa: In: Villela, A.A., Freitas, M.A.V., Rosa, L.P (org.) **Emissões de carbono na mudança de uso do solo**. Rio de Janeiro: Interciência, 2012. p.3-35